



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em 06 plataformas elevatórias e 03 elevadores com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, necessários para a execução dos serviços no município de Patos de Minas.

1.1 As prestações dos serviços deverão ser executadas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM / LOTE	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	ME/EPP OU AMPLA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	71909	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede da Secretaria de Educação.	Ampla	UNID	60	R\$1.610,00	R\$ 96.600,00
	71910	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede da Escola Frei Leopoldo.		UNID	60	R\$1.050,00	R\$ 63.000,00
	71911	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede da Escola Jacques Correa		UNID	60	R\$1.610,00	R\$ 96.600,00
	71912	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede da Escola CAIC.		UNID	60	R\$1.050,00	R\$ 63.000,00



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

71913	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede do Antigo Fórum.	UNID	60	RS1.050,00	R\$ 63.000,00
71915	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede da UBS Alto Limoeiro.	UNID	60	RS1.050,00	R\$ 63.000,00
50942	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma da Sede da Sede Administrativa	UNID	60	RS1.610,00	R\$ 96.600,00
50943	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma do Museu.	UNID	60	RS1.050,00	R\$ 63.000,00
50944	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva no elevador/plataforma do Conservatório.	UNID	60	RS1.050,00	R\$ 63.000,00
					R\$ 667.800,00

1.2 O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

1.3 A presente contratação é classificada como sendo de natureza contínua tendo em vista que se trata de serviço essencial. A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores mostra-se essencial para assegurar a proteção patrimonial e a



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

integridade física dos usuários. A manutenção evita interrupções que possam comprometer o atendimento ao público.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme lei.

1.5 Entende-se que os serviços, objeto da contratação, bem como os insumos apresentados, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar uma complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre as diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes. A presente licitação permitirá à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Dessa forma, os itens foram agrupados em lote único por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes. A contratação foi agrupada para permitir maior adesão e competitividade ao certame pelo mercado fornecedor, em razão da quantidade de serviço em cada item, ampliando o interesse do mercado, evitando-se assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda em questão.

1.6 Por se tratar de serviços, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

1.7. O custo estimado total da contratação é de R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais)

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares. A manutenção preventiva e corretiva de elevadores em prédios públicos é essencial para garantir a segurança dos usuários, a continuidade dos serviços públicos e a preservação do patrimônio público. Seus principais benefícios são:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

. Segurança dos usuários

A manutenção preventiva permite a inspeção periódica de componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, reduzindo significativamente o risco de falhas, acidentes e paradas inesperadas. Já a manutenção corretiva assegura a rápida solução de defeitos identificados, evitando situações que possam colocar em risco servidores e cidadãos.

. Continuidade e eficiência dos serviços públicos

Elevadores em pleno funcionamento garantem a acessibilidade e o deslocamento adequado de pessoas, especialmente em prédios com grande circulação, como secretarias, hospitais e repartições públicas. A manutenção evita interrupções que possam comprometer o atendimento ao público.

. Redução de custos a médio e longo prazo

A manutenção preventiva contribui para a identificação antecipada de desgastes e falhas, evitando danos maiores e reparos emergenciais mais onerosos. Dessa forma, há melhor planejamento dos gastos públicos e redução de despesas com substituições de componentes de alto custo.

. Preservação do patrimônio público

A realização periódica de ajustes, lubrificações e regulagens aumenta a vida útil dos equipamentos, preservando os investimentos realizados na aquisição e instalação dos elevadores.

. Conformidade com normas técnicas e legais

A manutenção regular assegura o atendimento às normas técnicas vigentes (ABNT e demais regulamentações aplicáveis), além de recomendações dos fabricantes, reduzindo riscos de responsabilização administrativa e legal para o ente público.

. Acessibilidade e inclusão



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

Elevadores operando adequadamente garantem o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, idosos e usuários com necessidades especiais, promovendo inclusão e atendimento aos princípios da acessibilidade nos prédios públicos.

A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento municipal, garantindo a boa qualidade dos materiais e de empresas comprometidas com o desenvolvimento. Estas, pois, são as razões e os fundamentos que justificam a adoção da contratação, sob pena de contrariedade ao princípio da supremacia do interesse público.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Classe/Grupo: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 *A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em 06 plataformas elevatórias e 03 elevadores com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças originais ou compatíveis que atendam às especificações técnicas e normas aplicáveis dos respectivos fabricantes, necessários para a execução dos serviços no Município de Patos de Minas.*

4 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 São obrigações da Contratante:

- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese [do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

5.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

5.3 Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos originais, quando do envio dos mesmos para execução dos serviços e devolvê-los nas mesmas condições que os recebeu,

5.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.5 As solicitações dos serviços serão realizadas através de requisições assinadas pelos fiscais e gestores ou por outro servidor por estes designados.

5.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.7 Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas

5.8 Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas no Edital e seus anexos.

5.9 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos contratados.

5.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

5.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

6 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

6.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

6.12 Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#).

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a prestação dos serviços, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

VISTORIA/VISITA TÉCNICA

Se o licitante desejar uma visita técnica, o agendamento deverá ser realizado a partir da publicação do edital até o último dia útil anterior à data de abertura do certame. A visita técnica deverá ser realizada por pessoa devidamente credenciada pela licitante.

Caso opte por não fazer a visita a licitante não poderá em nenhum momento alegar situação “imprevista” ou “imprevisível” como condição para a revisão (aditamento contratual), seja ela decorrente das características e condições do local.

As empresas participantes deverão apresentar a declaração de possuir plenos conhecimentos das condições dos locais de execução do objeto. Esta declaração será feita pelo responsável legal da empresa. Caso a empresa necessite agendar horário da visita técnica, entrar em contato na Diretoria de Serviços Administrativos e Gerais: s_gerais@patosdeminas.mg.gov.br ou pelo telefone: (34) 38229697.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

CONSÓRCIO

Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

PERCENTUAL MÍNIMO MÃO DE OBRA

Não será estabelecido o percentual, tendo em vista que no presente momento ainda não há regulamentação municipal nem federal com relação ao percentual mínimo da mão



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional.

ALOCÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMIVEIS

A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta na licitação – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

8 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Descrição dos Elevadores:

Item	Marca	Linha	Modelo	Capacidade	Numero de Paradas
50942	Thyssenkrup	New Amazon	AC2- 2V com casa de máquinas	420KG	02
71909	Thyssenkrup	Schindler	Schindler	600KG	04
71910	Thyssenkrup	New Amazon	Plataforma de Acessibilidade	01 cadeirante ou 02 pessoas	02
71911	Thyssenkrup	New Amazon	Schindler	375KG	02
71942	Thyssenkrup	SH ST 3000	Plataforma de Acessibilidade	01 cadeirante ou 02 pessoas	02
71913	Thyssenkrup	New Amazon	Plataforma de Acessibilidade	01 cadeirante ou 02 pessoas	02
71915	Thyssenkrup	New Amazon	Plataforma de Acessibilidade	01 cadeirante ou 02 pessoas	02
50943	Thyssenkrup	New Amazon	Plataforma de Acessibilidade	01 cadeirante ou 02 pessoas	02
50944	Thyssenkrup	New Amazon	Plataforma de Acessibilidade	01 cadeirante ou 02 pessoas	02

8.2 Os serviços serão executados nos locais abaixo especificados:

ITEM	LOCAL	ENDEREÇO
50942	Cidade Administrativa	Rua Dr. José Olympio de Mello 151 Bairro: Eldorado
71909	Sede Secretaria de Educação.	Rua José de Santana 945 Bairro: Centro



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

71910	Escola Municipal Frei Leopoldo.	Rua Doutor Adélio Maciel 29 Várzea.
71911	Escola Municipal Jacques Correa.	Rua São Geraldo 61 Bairro: Lagoinha.
71912	Escola Municipal (CAIC)	Avenida Patricio Filho 644. Bairro: Morada do Sol.
71913	Antigo FÓRUM	Avenida Getúlio Vargas 245 Bairro: Centro.
71915	UBS Alto Limoeiro	Rua Dona Cecy, 70 Alto Limoeiro.
50943	Museu Municipal	Avenida Getulio Vargas 78, Bairro Centro.
50944	Conservatório Municipal	Rua dos Miosótis, S/N Bairro: Jardim Paraíso.

8.3 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Plano de Prevenção Preventiva, conforme tabela a seguir:

ROTINA	PERIODICIDADE
CASA DE MÁQUINAS	
Limpar a casa de máquinas	Mensal
Motor	
Fazer a remoção de poeira e demais resíduos do motor	Mensal
Inspecionar rolamento, motor, bobina do estator de campo magnético, carcaça externa, correia, polia do motor, terminal, escovas, coletores.	Mensal
Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo, nivelamento de parada.	Mensal
Lubrificar conjunto de freios	Mensal
Limpar as sapatas e tambores, removendo todo o lubrificante excedente.	Mensal
QUADRO DE ENTRADA DE ENERGIA	
Inspecções, limpeza, correções de vibrações e ruídos, cabos aterramentos e conexões, portas, travas e fechaduras, barramentos, fusíveis, disjuntores, chaves, conexões, verificação emissão anormal de calor, verificação de existência de trincas, fissuras e manchas nos isoladores, reaperto geral nas conexões e estado geral dos motores do ventilador/exaustor e de fechamento das portas, executar limpeza geral nos	Mensal



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

anéis coletores, executar ensaios de resistência de isolamento.	
QUADRO DE COMANDO	
Fazer a remoção da poeira nos quadros	Mensal
Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos	Mensal
Inspecionar e ajustar, sempre que necessário os relés, chaves com mau contato e circuitos de proteção, temporizador eletrônico, transformador, terminal, cabo de comando, lâmpada de sinalização, estrutura.	Mensal
Inspecionar os leds dos comandos microprocessados.	Mensal
EIXO SEM FIM	
Inspecionar o eixo sem fim e controlador de velocidade	Mensal
CAIXA	
Lavar e aplicar novo lubrificante nas alas das guias de cabines e de contrapesos.	Anual
CABINES	
Fazer a remoção de lixo acumulado em toda a extensão da soleira da cabine	Mensal
Fazer a remoção de toda a poeira das fazes externas das portas	Mensal
Inspecionar a existência de ruídos anormais quando há movimentação da cabine.	Mensal
Fazer a remoção de todo o material depositado nas suspensões	Mensal
Inspecionar a excentricidade da polia da cabine.	Mensal
Lubrificar polia da cabine	Mensal
Proceder à limpeza geral das barras articulares, lubrificando-as.	Mensal
Fazer a remoção geral da poeira das grades de ventilação.	Mensal
Fazer a remoção de lixo e de poeira da tampa do teto.	Mensal
Limpar e inspecionar o funcionamento e nível de ruído dos ventiladores.	Mensal
Liberar o dispositivo e desengate para a aplicação de fina camada de óleo.	Mensal
Lubrificar os conjuntos operadores das portas.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do motor e as condições	



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

das correias de acionamento.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do aparelho de comunicação.	Mensal
Inspecionar o funcionamento das botoeiras, botões de chamada de emergência, sinalizadores, lâmpadas e reatores da iluminação normal e de emergência.	Mensal
Inspecionar o funcionamento da barra de proteção eletrônica.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em trânsito.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em trânsito.	Mensal
Inspecionar o desgaste dos coxins, ou roletes, ajustando se necessário.	Trimestral
Inspecionar os terminais elétricos na parte superior das cabines, quanto ao estado geral de fixação.	Trimestral
Inspecionar os comandos localizados sobre a cabine.	Trimestral
Testar o dispositivo de segurança que limita a carga de cabine.	Semestral
Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.	Semestral
ROTINAS PAVIMENTOS	
Fazer a remoção de toda a poeira das faces internas e externas das portas dos pavimentos.	Mensal
Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferros.	Mensal
Proceder à limpeza em toda a extensão das soleiras dos pavimentos.	Mensal
Proceder à limpeza geral e inspecionar o estado das carretilhas e dos trincos, lubrificando os eixos destes componentes.	Mensal
Inspecionar as portas quanto a atuação das carretilhas do fechador mecânico.	Mensal
Ajustar folga excessiva nas carretilhas excêntricas das suspensões das folhas das portas.	Mensal
Inspecionar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabines, com as portas de cada pavimento.	Mensal
Inspecionar o funcionamento dos dispositivos de	



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

abertura manual das portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência.	Mensal
Inspecionar todos os botões de chamada e indicadores, visuais e sonoros de posição(térreo) e movimentação (todos os pavimentos).	Mensal
Inspecionar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos substituindo-os quando necessário.	Trimestral
CONTRA PESOS	
Ajustar folga excessiva entre as corredeiras deslizantes.	Mensal
Inspecionar a excentricidade da polia intermediária.	Mensal
Fazer a remoção da poeira da suspensão.	Trimestral.
CABOS DE AÇO	
Limpar e lubrificar	Mensal
Inspecionar quanto a desgaste, oxidação, redução de diâmetro e ocorrência de quebras de arames e trancas.	Mensal
Ajustar tensões dos cabos de tração e compensação.	Trimestral
POLIAS DE COMPENSAÇÃO E DE DESVIO	
Inspecionar quanto à excentricidade e lubrificar.	Mensal
PARA CHOQUE	
Proceder à limpeza geral do fundo do poço.	Mensal
Inspecionar o nível de óleo do para-choque e realizar o reabastecimento, caso necessário.	Mensal
Inspecionar o aperto das porcas braçadeiras de apoio.	Mensal
Inspecionar o estado de conservação da mola de amortecimento, a fixação de travessas intermediárias, o estado da corrente do contrapeso, o estado de conservação da pintura da guias e providenciar retoques se necessário, o funcionamento e ajustes da polia esticadora do limitador, a existência de desgastes anormais nas guias, a fixação dos cabos de aço no contrapeso, o estado de conservação dos coxins, efetuar lubrificações dos mancais das polia de compensação e polia esticadora do limitador, o deslocamento das guias, o estado geral dos pesos e contrapesos.	Mensal

-Os serviços, rotinas técnicas, obrigações operacionais e outras especificações constantes neste Plano não excluem outros que porventura e façam necessário pela boa técnica da



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

Engenharia, pelas recomendações dos fabricantes dos equipamentos mantidos e pelas normas técnicas e legais aplicáveis.

-No prazo de até 5(cinco) dia úteis após a assinatura do contrato, a Contratada deverá efetuar inspeção minuciosa nos elevadores objetos desta licitação, verificando os serviços e peças que devem ser reparadas ou substituídas.

-A execução dos serviços será iniciada com a vigência do contrato, a ser celebrado entre a empresa vencedora e esta Administração.

-Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 24(vinte e quatro) horas após a comunicação emitida pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

-No final de cada período mensal deverá ser apresentado relatório dos serviços de operação e manutenção, em material impresso, conferindo e assinado pelo engenheiro técnico responsável da Contratada, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- *serviços executados;

- *resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período e funcionamento do equipamento;

- *resumo dos serviços preventivos e corretivos executados, com indicação das pendências e suas razões que dependam de solução por parte da Fiscalização;

- *peças ou materiais substituídos por defeitos ou desgaste, e seu respectivo valor;

- *sugestões sobre reparos preventivos, acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinado pelo responsável técnico.

- A partir do segundo mês, a Contratada deverá apresentar programa de manutenção, com respectivo cronograma de atividades preventivas.

-Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório de atividades realizadas, independentemente do relatório mensal, assim como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnico-econômica, sobre os equipamentos existentes e sobre a necessidade de readequações.

-Os relatórios descritos nesta Seção constituirão os subsídios para que a Fiscalização do Contrato avalie o cumprimento do objeto pela contratada, sempre prejuízo das observâncias das atividades nas instalações dos equipamentos a serem mantidos,



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

8.4 VISTORIA PARA LICITAÇÃO

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim de segunda a sexta-feira das, 12:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (34) 38229697. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.5 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à correta execução contratual, promovendo sua substituição quando necessário.

Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- *As disposições legais da Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG;
- *As normas e especificações constantes deste termo;
- *As prescrições e recomendações dos fabricantes;
- *Às normas da ABNT;
- *As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- *As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
 - *NR-6: Equipamentos de Proteção Individual- EPI;
 - *NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - *NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
 - *NR-23: proteção Contra Incêndios.

8.6 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos elevadores, mantendo-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes, abrangendo mão de



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

obra e fornecimento de peças originais. A manutenção preventiva dos equipamentos e instalações será executada obedecendo às rotinas definidas pelo **PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deste Termo de Referência e pela prescrição dos fabricantes.

As manutenções preventivas deverão ser executadas no horário normal de expediente, de modo que não prejudique o funcionamento das atividades da Contratante. Ainda assim, sempre que necessário este procedimento poderá ser realizado fora do horário normal, não implicando em qualquer custo adicional para a Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Para efetuar a limpeza, serão utilizados líquidos e detergentes de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

MANUTENÇÃO CORRETIVA:

Entende-se como manutenção corretiva aquela destinada a remover os eventuais defeitos apresentados pelos elevadores, restaurando o perfeito estado de funcionamento, incluindo a substituição das peças danificadas por peças originais e de primeiro uso do fabricante do equipamento não sendo aceito peças reconcondicionadas ou paralelas, salvo se houver justificativa plausível apresentada pela empresa fiscal do contrato.

Para fins de manutenção corretiva, a **CONTRATADA** se obriga em caso de possíveis defeitos com os elevadores, o fiscal do contrato acionará a Contratada para dar assistência técnica em no máximo 24(vinte e quatro) horas após a comunicação;

A Contratada deverá fornecer um canal de atendimento via telefone ou e-mail para receber chamadas para assistências técnicas.

A manutenção corretiva deverá ser prestada pela **CONTRATADA**, mediante abertura de Ordem de Serviço, dentro dos seguintes limites:

*em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, em dias úteis, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, o prazo máximo de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviços, deverá ser de 40 (quarenta) minutos.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

9 GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7 Para esta contratação a gestão e a fiscalização será exercida pelos servidores a seguir:

Gestores:

Denise Maria da Silva Feitosa –matricula 36530;Ronaldo de Deus Camargos – matrícula 29816;Eunice Silvério da Cruz Rosa – matrícula 4371;Helaine Cristina dos Reis matricula 16920

Fiscais:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

Aline Silva Ferreira matrícula 22098; Fernanda Cristina Cambraia Mota matrícula 22902
Rodrigo Magela de Castro Borges matrícula 36526; Ivanir Rosa de Oliveira matrícula 6367
Keila Machado dos Reis Vieira matrícula 21924.

9.8 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados,
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. Critérios Medição e de Pagamento

10.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no Anexo I da Instrução Normativa 05/2017 ou outro instrumento que vier a substituí-la para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

10.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados,
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do Recebimento

10.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze dias), pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.6 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.15 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

10.16 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.17 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.18 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.19 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.20 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.21 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.22 O reajuste será realizado por apostilamento.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.23 O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

I - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

II - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

III - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

IV - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

10.23.1 A data base do orçamento é 01/07/2025.

10.23.2 As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser feitas via Aprova Digital, através do link <https://patosdeminas.prefeituras.net/login>.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

Liquidação

10.24 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

10.25 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.26 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.27 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.28 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.29 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.30 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.31 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.32 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.33 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

Prazo de pagamento

10.34 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

10.35 Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, “pro-rata tempore” ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente, acrescido de juros de 1% ao ano.

Forma de pagamento



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.36 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.37 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.38 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.39 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

10.40 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

10.41 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

10.41.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

10.41.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

10.42 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

10.42.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

10.43 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.44 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

10.45 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

10.46 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.47 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

10.47.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

10.47.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

10.48 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.48.1 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

10.48.2 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

10.49 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

10.50 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [**indicar o índice a ser adotado**], com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

10.51 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.52 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.53 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

10.54 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

10.55 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

10.56 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

10.57 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.58 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

10.59 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

10.60 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

10.61 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

10.62 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

10.63 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

10.64 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.65 O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

10.66 Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

10.67 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

10.67.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECIMENTO

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

11.3 Para fins de adequação dos valores da Proposta de Preços ajustada, o licitante deverá:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

a) aplicação de desconto percentual linear nos preços unitários da proposta inicial, calculado a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial.

11.4 A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

11.5 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos (jurídicos, técnicos, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro) exigidos no edital.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

• A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I- Dotação: 2425 Fundo Municipal do Patrimônio Cultural Fonte: 010500
- II- 2242: Gestão da Biblioteca, Teatro e Conservatório Municipal Fonte: 01.0500
- III- Gestão Administrativa: 420 Fonte 010500
- IV- 2074: Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação: Fonte 010500
- V- 1877 Gestão da Educação Fonte: 010500
- VI- 4433 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.
Fonte: 01.0600.0000.0110.

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI n.º 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- j. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l. Der causa à inexecução total do contrato.

13.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI N° 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a. Advertência.
- b. Multa moratória ou compensatória.
- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

13.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

- a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.

13.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

13.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

13.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14 – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 – FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Justiça em Patos de Minas para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (*dispute boards*)) conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

16 - DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

- ✓ Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
- ✓ Secretaria de Administração
- ✓ Secretaria de Educação
- ✓ Secretaria de Saúde.

Patos de Minas, 26 de Março de 2026.

Denise Maria da Silva Feitosa
Diretoria dos Serviços Administrativos e Gerais



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em 06 plataformas elevatórias e 03 elevadores com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças originais ou compatíveis que atendam às especificações técnicas e normas aplicáveis dos respectivos fabricantes necessários para a execução dos serviços no município de Patos de Minas.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, **APROVO** o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do edital.

Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos
Secretária Municipal de Administração.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

ANEXO- INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES

1.OBJETO:

O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelece critérios para avaliação da qualidade da prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, conforme previsto na Instrução Normativa nº 05/2017 ou outra que vier a substituí-la.

2.FINALIDADE:

Avaliar o desempenho da Contratada quanto à eficiência, qualidade e regularidade na execução dos serviços, permitindo a aplicação de glosas proporcionais às inconformidades verificadas.

3. CRITÉRIOS E INDICADORES DE DESEMPENHO:

Indicador	Descrição	Meta	Verificação	Glosa
Manutenção Preventiva	Execução no prazo	100%	Relatórios	Até 5%
Tempo de Atendimento	Atendimento após chamado	Até 4h úteis	Chamados	Até 5%
Tempo de Solução	Solução do problema	Até 24 h	Relatórios	Até 10%
Disponibilidade	Funcionamento	Min. 95%	Controle	Até 10%
Qualidade	Execução adequada	Sem falhas	Fiscalização	Até 10%
Equipe Técnica	Qualificação	100%	Documentos	Até 5%



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

Materiais	Peças adequadas	100%	Inspeção	Até 5%
-----------	-----------------	------	----------	--------

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

A Avaliação será realizada mensalmente pelo Fiscal do Contrato, com base em relatórios, registros de chamados, vistorias técnicas e controle de funcionamento.

5. GLOSAS E RETENÇÕES:

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado que a Contratada não atingiu os níveis de desempenho estabelecidos.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os resultados serão registrados e comunicados à Contratada, assegurando contratditório e ampla defesa.

Termo de Referência Atualizado pdf

Código do documento 46691de2-10a8-41fe-ade6-911c01314b10



Assinaturas



Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos
smadocumentos@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos



Denise Maria da Silva Feitosa
denisefeitosa@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Denise Maria da Silva Feitosa

Eventos do documento

22 Apr 2026, 15:43:25

Documento 46691de2-10a8-41fe-ade6-911c01314b10 **criado** por DENISE MARIA DA SILVA FEITOSA (6c2cdc4a-8e14-4fcd-8cea-d9bd4948e5d2). Email: s_gerais@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-04-22T15:43:25-03:00

22 Apr 2026, 15:44:42

Assinaturas **iniciadas** por DENISE MARIA DA SILVA FEITOSA (6c2cdc4a-8e14-4fcd-8cea-d9bd4948e5d2). Email: s_gerais@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-04-22T15:44:42-03:00

22 Apr 2026, 15:45:16

DENISE MARIA DA SILVA FEITOSA **Assinou** (483d255e-97cd-41f3-9f95-6c979b080699) - Email: denisefeitosa@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 49086) - Documento de identificação informado: 054.012.716-70 - DATE_ATOM: 2026-04-22T15:45:16-03:00

24 Apr 2026, 14:54:12

ANA PAULA LARA DE VASCONCELOS RAMOS **Assinou** (73011ac1-f49c-42d1-a715-a42bec484acc) - Email: smadocumentos@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.46 (138-0-64-46-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 25288) - **Geolocalização: -18.60448817400017 -46.50964452704466** - Documento de identificação informado: 807.044.416-91 - DATE_ATOM: 2026-04-24T14:54:12-03:00

Hash do documento original

(sha256):14cdd7eb53220cd30822006f8eff51ee11607ac4f1948dccc9b08c2c80af0e21

(sha512):becb2c483d6957036fa8d16ed47f20ffd50439b1c1ab310b2d05227c2ffec73a556fc0c774333cc5953f9d8d53425a1249628705a85067b4f0d92d353d9e5af7

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**

